

ATA 04/2020 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS. No dia 05 de março de 2020, conforme a convocação o Plenário do Conselho reuniu-se no auditório da Casa dos Conselhos, para a 4ª Assembleia do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas - CMSPel, com as seguintes pautas: **1. Informes; 2. Apresentações de novos representantes das ENTIDADES; 3. Análise e deliberação referente Ata 01/2020; 4. Apresentação do vídeo referente à interdição do Cruz de Prata, e esclarecimentos afins; 5. Espaço ao ex-conselheiro Paulo Silva apresentar o projeto de lei enviado ao Senador Paulo Paim referente à pós- formação dos profissionais graduados da área da saúde (10m); 6. Análise e encaminhamentos sobre o atestado de pleno regular e funcionamento do Hospital da Santa Casa, e tomar encaminhamentos quanto aos demais hospitais, em razão da lei 13.707/2018; 7. Participação do CMS nas audiências na Câmara de Vereadores; 8. Análise e encaminhamentos referentes ao plano de aplicação do recurso temporário, de EMENDA PARLAMENTAR da MAC – Hospital Santa Casa; 9. Revisão e reorganização das comissões e representações (COMFIS, NUMESC, CAC).** Estiveram presentes 37 conselheiros (as) e 12 visitantes que assinaram o livro de registros das presenças. Após conferir o quórum, às 19 horas, em segunda chamada, o conselheiro, Luiz Guilherme Belletti, Coordenador da Mesa Diretora, com o auxílio da Secretária da Assembleia, Mauren Wenzke, deram início à reunião. **1. Informes da Mesa Diretora.** Informamos novamente que em relação as eleições 2020, de acordo com o regimento interno (Art. 11) os conselheiros e conselheiras que tiverem interesse em concorrer na eleição de 04/10/2020 deverão se licenciar de sua representação com seis meses de antecedência. O Comitê de Enfrentamento à Tuberculose no RS (CEETB/RS) terá reunião no dia 12/03, 9h, no Sanatório Partenon, em POA, onde serão discutidas as seguintes pautas: 1. Apresentação do Projeto Política Estadual da Promoção da Equidade em Saúde, pela SES/RS 2. Reorganização do Comitê Estadual para o ano de 2020 - Recadastramento e Cadastramento de entidades - Processo Eleitoral 3. Planos/Ideias para o trabalho do CEETB para 2020 4. Atividades programadas nos municípios em março para o dia Mundial do TB. 5. Informes Gerais. 6. Inauguração da sala do Comitê com apresentação musical. A Comissão de Fiscalização no dia 14/02/2020 esteve presente nos seguintes locais de vacinação: UBS Virgílio Costa, UBS Cohab Fragata, UBS PAM Fragata, UBS Sítio Floresta, UBS Jardim de Alah, UBS Salgado Filho, UBS Bom Jesus, UBS Dunas, UBS Sanga Funda, UBS Getúlio Vargas, UBS CAIC Pestano, UBS Pestana, UBS Santa Terezinha, UBS Obelisco, UBS Areal Leste, Shopping Pelotas, UBS CSU Areal e UBS Leocádia. A Prefeitura vai ouvir demandas da população relacionadas a saúde, a partir do dia 06 de abril, por meio da Secretária de Saúde Roberta Paganini, vai receber a população para ouvir demandas, anotar sugestão e encaminhar pedidos relacionados à área, deste município. As reuniões serão realizadas na primeira segunda-feira de cada mês, iniciando no mês de abril. O objetivo é oportunizar mais um canal de comunicação com a comunidade e agilizar assistência às solicitações, efetivando-as. Os interessados podem agendar horário pelo telefone (053) 3284.9508 ou pelo email mspelgabinete@gmail.com, com Natália Pinheiro. Os atendimentos ocorrerão na própria Secretaria de Saúde (SMS), localizada na rua Tiradentes, 3120. Teste da orelhinha, no dia 03/03 foi realizada uma reunião na 3ª CRS para fins de analisar o diagnóstico auditivo de crianças da região, em especial o teste da orelhinha e o BERRA. A 21ª Regional de Saúde é uma das piores nestes cuidados preventivos, devido a subnotificações e outros problemas. Pelotas está em melhor situação, porém atende praticamente apenas seus recém nascidos e encaminha pouco para serviços na Grande Porto Alegre onde tem apenas 20 exames mensais para todo o Estado. Estão sendo realizados mutirões em Canoas, porém em abril deve encerrar os mesmos. Em Pelotas tem dois hospitais que não estão cumprindo a legislação em relação referente ao teste da orelhinha. Rio

Grande o atendimento é insuficiente e limitado, porém na FURG tem um aparelho adquirido e encaixotado o qual poderia melhorar este serviço e atender a população regional. A SMS de Rio Grande alega estar difícil o diálogo com o Hospital Universitário. Pinheiro Machado é um município que não tem maternidade, mas tem o aparelho de triagem auditiva de bebês disponível para atender vários municípios da região, contudo, estes não procurados por falta de encaminhamento. O Estado estima que aproximadamente 30% das crianças nascidas na região não façam o teste da orelhinha. Em 2019 foram próximos de 10 mil nascimentos na região, deste quantitativo 4.300, foram em Pelotas. O município de Rio Grande encaminhou o pedido da municipalização plena que estará nas próximas pautas da CIR e CIB. Na avaliação que realizamos o CMS encaminhou nos últimos anos muitos ofícios para diversos órgãos e finalidades, ou seja, em 2017 foram 216, em 2018 foram 482, em 2019 foram 404, e em 2020 até o momento 60 ofícios (até 05/03).

Informes da Secretaria Municipal de Saúde: A conselheira Fernanda Lessa comenta em relação a quimioterapia, radioterapia e as cirurgias oncológicas, pois dentro do mês de março, pois todos os pacientes que estavam em fila de espera, até o dia 20, foram agendados. São 146 pacientes que irão ingressar em tratamento nesse mês, infelizmente não temos como colocar todos na agenda até o dia 05, lembrando que zeramos a fila de espera de quimioterapia, radioterapia e cirurgia oncológica até o final do mês.

3º Coordenadoria Regional de Saúde: sem manifestação.

Informes dos Conselheiros (as): César Lima representante da ASSOFAN avisa aos presentes que na próxima reunião da ASSOFAN haverá eleições, quem quiser conhecer nosso trabalho as portas estarão abertas. Volnei Cápua representante da RNP+Pelotas diz que a farmácia do SAE não está funcionando na parte da manhã, houve problemas com paciente por não conseguir retirar medicamento, também não foi comunicado o feriado e o ponto facultativo. Tânia Regina representante do CPERS comenta que está entregando um abaixo assinado para reforçar para autoridades e destas tomar consciência dos fatos, de que a maioria dos postos de saúde estão sem médicos. A conselheira Bianca D'Carla conta que mais uma vez esteve hoje no Pronto-Socorro, onde encontrou um verdadeiro caos, pois tem pacientes esperando resultado de exame desde das 10h, pois o sistema de informática estava fora do ar, e os dois médicos que deveriam estar na frente atendendo, estavam sentado conversando e haviam pessoas amontoadas no fundo do Pronto-Socorro, sem equipe de enfermagem suficiente para trabalhar, pois tem enfermeiro atendendo aproximadamente 70 pessoas. Vimos familiares compartilhando chimarrão, até mesmo um paciente com uma sonda vesical que estava pingando no chão porque não tinha uma equipe de suporte para ajudar, e embaixo de uma maca tinha uma caixinha com alimentação. Então não dá para se tratar de saúde se não tiver Controle de Infecção Hospitalar.

Visitantes: O senhor Florêncio da Associação do FRAGET comenta que tem um abaixo assinado, pedindo médico clínico geral, ginecologista e Assistente Social, inclusive até para se avaliar através de um médico para validar as receitas, do mês de janeiro e fevereiro, pois os que lá estiveram foram temporários. O povo está escanteado, isolado em termos de atendimento, na UBS FRAGET, pois é uma das poucas unidades que atende fora de área. O Coordenador da Mesa explica que já foram chamados os primeiros médicos do concurso e mais 19 residentes estão sendo remanejados para outras Unidades de Saúde. O visitante Francisco Roig reivindica para o Conselho de Saúde realizar fiscalização na Unidade de Saúde Dom Pedro I. A princípio a Unidade é uma Estratégia de Saúde da Família possuindo três equipes, porém, encontra-se apenas um médico em uma equipe que, atende esporadicamente. O profissional odontólogo entrou de férias, todavia, não estão redirecionando para nenhum outro local.

2. Apresentações de novos representantes das ENTIDADES. A entidade DAAN enviou email com os nomes dos novos representantes, Vitória Ferreira como titular, e Neuto Felipe da Silva. O Distrito Sanitário 5 em reunião, chamada pelo CMS nesta terça-feira (03/03) para fins de

indicar conselheiros teve a disponibilidade para representar este Distrito Sanitário os ex-conselheiros Hermes Rosa como Titular e Vasco Antônio Morales, como suplente. A representação do IST/AIDS/ HV, enviou o nome do novo representante, ficando titular Joana Vitaca, e continua como suplente Andreia Fernandes. O Sindicato dos Bancários também indicou novos representantes: A Sra. Raquel Cristina dos Santos como titular, e o Sr. Emerson Petiz Botelho como suplente.

3. Análise e deliberação referente Ata 01/2020. A presente ata não foi corrigida a tempo e, portanto não foi enviada aos conselheiros. Desta forma fica para a próxima reunião.

4. Apresentação do vídeo referente à interdição do Cruz de Prata, e esclarecimentos afins. Uma representação da VISA municipal irá esclarecer sinteticamente os motivos que levaram a interdição da Clínica e apresentará imagens da atuação dos fiscais no ato que interditou os serviços do local. O chefe do Departamento de Vigilância Sanitária do Município, Sidnei Louro Jorge Júnior, no dia 13 de fevereiro de 2020 tivemos uma ação de interdição no instituto de medicina física e reabilitação, popularmente conhecido como Cruz de Prata, localizado na Av. Fernando Osório esquina Doutor Bruno Chaves. Já era uma ação planejada, até porque o estabelecimento está sem alvará sanitário desde o mês de setembro de 2019, logo que o alvará venceu, fizemos a notificação ao instituto para que o mesmo revalidasse o documento, porém, somente no mês de novembro se protocolou os documentos na Vigilância Sanitária, mas até a data de hoje, não tem condições estruturais e corpo de servidores para que pudéssemos levantar interdição, neste caso devemos fazer uma nova visita no local nos próximos dias. A interdição ocorreu numa quinta-feira, mas na terça-feira a decisão já estava tomada pela equipe técnica e a Secretária de Saúde, Roberta Paganini imediatamente foi comunicada, então não foi uma ação que a Vigilância Sanitária fez sem o conhecimento de ninguém, reforço que na terça-feira a Secretária de Saúde foi comunicada, na quarta-feira a Diretora de Regulação, Fernanda Lessa foi comunicada também, até porque tínhamos que cessar o encaminhamento de mais pacientes ao estabelecimento. Além disso, foi feita visita na terça-feira da mesma semana, tão logo a equipe da vigilância chegou ao local e de imediato os pacientes que se encontravam no local resolveram fazer suas reclamações in-loco, reivindicações das mais diversas, por exemplo, sessões de fisioterapia que não passavam mais de cinco minutos, utilização de turbilhão por mais de uma pessoa ao mesmo tempo, as condições higiênicas do banheiro eram ruins e um único profissional da fisioterapia para atender, segundo os pacientes, 300 a 350 pacientes por dia, ainda no mesmo dia, encontramos estagiários de fisioterapia, sem qualquer orientação de um profissional. Mediante a tudo isso, não somente a parte de documentos, mas também a falta de condições higiênicas. Planejamos tudo para que na sexta-feira ocorresse da forma mais tranquila, contamos como apoio da guarda municipal, ao qual foi combinado que um carro da guarda municipal estaria 07h45min na Secretaria de Saúde para acompanhar a equipe da vigilância sanitária ao local. Infelizmente ocorreu que a guarda municipal apareceu 08h30min no local combinado, já que a nossa intenção era não permitir a abertura do estabelecimento, quando finalmente saímos com a guarda municipal, os dois guardas se deram conta que o objetivo era uma interdição em um local, os mesmo queriam de início trancar a operação, visto que somente dois guardas não sentiam-se seguros para operação, por essa razão, os guardas enviaram um chamado de reforço e após 40 minutos esperando em frente a associação rural, chegou outra viatura. Aproximadamente 09h10min chegamos ao local designado. A equipe técnica da vigilância sanitária tem queixa com a recepcionista, porque todas as vezes que a vigilância adentrou no estabelecimento, a mesma tratou de forma não respeitosa, barrando até mesmo a entrada nas dependências. A equipe comentou que não houve nenhum problema foi comunicado a interdição e orientou aos usuários a sair do local devido à suspensão dos atendimentos. No mesmo instante, surgiram mais duas viaturas com guardas armados, lembrando que não era esta a intenção da

vigilância, pois não havia necessidade, mas também não há relato nenhum de que tenham feito nada diferente, imagino que talvez as pessoas idosas possam ter se assustado com o aparato todo. Tão logo, o serviço estava com as portas fechadas já havia notícias estampadas nas capas dos jornais, embora sejam dados públicos, particularmente ficamos incomodado sem estar dispostos em algumas situações, porque não é de interesse da vigilância interditar qualquer local. O Coordenador da Mesa relata que quem acompanhou com mais aproximação essa situação foram os conselheiros Jaime Fonseca e Paulo Santos, ambos souberam da situação quando estavam na Secretaria de Saúde, em reunião da contratualização e ao sair da mesma se depararam com alguns usuários, procurando informações de como continuaria os tratamentos se a Clínica foi interdita. O chefe do Departamento Sidnei Louro responde que foi orientação aos usuários que fossem até a Secretaria de Saúde para obter mais informações. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG expõe que foram solicitados para ajudar na situação desses usuários que se encontravam na Secretaria, em determinado momento solicitamos a todas as pessoas para se acalmarem e pudessemos conversar. Nunca foi posição do Conselho questionar a atuação da Vigilância Sanitária, só que fomos questionados nessa situação de melhorar a abordagem, no entanto, não abordamos ninguém, pois não temos qualificação técnica para isso. O conselheiro Paulo Santos representante do Distrito Sanitário I registra que nos deixou chateado foi o comentário como se nós tivéssemos comentado que a Vigilância agiu de maneira errada. O que aconteceu é que os usuários que se encontraram na Secretaria de Saúde repassaram a indignação e prontamente fomos ao responsável do setor Sr. Franklin Neto e relatamos o ocorrido. Sidnei Louro responde que no dia da ação quando vocês conselheiros Jaime e Paulo estiveram na Secretaria de Saúde para falar com o Diretor Franklin Neto, logicamente dentro da Secretaria de Saúde existe uma hierarquia, acredito que assuntos relacionados a Vigilância Sanitária poderiam ter falado comigo primeiramente, e após abordá-los com o Diretor para discussão. O que chegou de informação aos fiscais foi que os conselheiros de saúde reclamaram que a Vigilância Sanitária abordou de forma truculenta os idosos no Cruz de Prata. O Coordenador da Mesa fala que a Secretaria de Saúde está tomando providências para retomar o atendimento de fisioterapia e uma das medidas a ser tomadas é aumentar o serviço no campus da Universidade Católica de Pelotas, Dr. Franklin Oliva Leite, localizado na Av. Fernando Osório e com a Universidade Federal de Pelotas agilizar a abertura do serviço junto à antiga Laneira para retornar os serviços aos usuários serem atendidos. Belletti relata que acompanha este serviço do Dr. Airton há anos, desde quando estava onde é atualmente o Pronto-Atendimento do São Francisco de Paula, localizado na Rua General Osório. Na oportunidade um membro do Sindicato da Alimentação me pediu para fazer uma visita ao local, e vi que tinha aparelhos amarrados com arame e com ataduras e tendo apenas uma funcionária para atender de 20 a 30 pessoas. Conversei com os responsáveis e na semana seguinte havia melhorado a situação. Depois fomos para outro prédio localizado atrás do hemocentro, junto ao Cruz de Prata, onde fizeram uma rampa que era quase impossível subir com uma cadeira de roda, onde tinha insuficiência de profissionais no local. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG nós só fomos até o local porque a pessoa que nos procurou, pediu exaustivamente para chamar o pessoal da vigilância, recordo que não fomos por livre espontânea vontade. A conselheira Renata Silva representante do CREFITO registra que este instituto de fisioterapia já é conhecido pelo Conselho Regional de Fisioterapia há anos, pois já sofreu várias fiscalizações, também existem diversas notificações por parte do CREFITO. Coloco-me a disposição para ajudar, pois estou coletando dados para depois repassar a vigilância, no intuito de ajudar a melhorar o serviço. No site do CREFITO existe um canal de denúncias onde qualquer pessoa pode relatar sobre o serviço de fisioterapia e terapia ocupacional. A conselheira Niara Atrib representante da Beneficência Portuguesa comenta que com certeza a Vigilância

Sanitária tem autonomia para fazer seu trabalho, tem equipe técnica qualificada, e não podemos é prejudicar os usuários com serviços inadequados. A conselheira Bianca D'Carla representante do SINDISAÚDE fala que não podemos deixar os usuários que estavam esperando para fazer fisioterapia a mercê, a Secretaria de Saúde deve orientá-los. Em alguns locais há casos de haver estagiários fazendo procedimentos sem a preceptoria de um profissional. Outro caso a que venho me manifestar é fazer convite à Vigilância Sanitária ao Pronto-Socorro, na sala de brinquedos tinha uma criança com conjuntivite brincando, correndo o risco de contaminar outras crianças, lembrando que nenhum hospital mais da região possui sala de brinquedos. O chefe do Departamento de Vigilância Sanitária do Município, Sidnei Louro, responde que em relação aos hospitais da cidade a Vigilância Sanitária tem muita dificuldade de os hospitais terem alvará sanitário válido, por várias situações. No final do ano passado conseguimos junto ao Ministério Público fazer um TAC com a Escola (UFPEL) e com o Hospital Universitário São Francisco de Paula, naquela oportunidade não foi possível fazer com a Santa Casa, pois a Promotora de Justiça através da Dra. Rosely Teresinha de Azevedo Lopes entrou de férias. Foi formulado o TAC com os outros dois hospitais e estamos visitando dentro do prazo estabelecido para as regularizações ajustadas. No hospital Santa Casa, semana passada, conseguimos formular um TAC, as negociações ocorreram e a documentação foi encaminhada ao Ministério Público, estamos aguardando o parecer da Promotora. O hospital que se encontra regular, neste momento, com a Vigilância Sanitária é o hospital da Beneficência Portuguesa. A conselheira Carolina Ziebell representante do Hospital Escola comenta que fazendo uma força tarefa dentro do hospital através das equipes de Higienização, Enfermagem, Rondas e com a Direção. Enfatiza que todos os apontamentos da Vigilância Sanitária estão sendo sanados dentro do prazo e das possibilidades. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG comenta que todo ponto de pauta, de acordo com o Regimento Interno, deverá passar pelas comissões, não podemos abrir precedentes, como ocorrido neste debate. O Coordenador da Mesa responde que a Mesa Diretora tem autonomia para executar desta forma, e isto ocorreu para esclarecimento aos conselheiros diante da matéria publicada na imprensa. O visitante Francisco Roig fala que a vigilância tem que fazer seu papel e de decidir ou não em interditar um local. O Regimento Interno do Conselho pode se editar a qualquer momento na plenária, se for o caso, para que a Direção tenha autonomia em algumas decisões. Sidnei Louro reforça dizendo que o município está fazendo de tudo para regularizar o atendimento e na quinta-feira passada, a Vigilância Sanitária visitou a Laneira da UFPEL onde existe a pretensão de ter uma de fisioterapia, e na sexta-feira já mandamos os termos de adequação daquilo que foi visto para que o serviço seja prestado da melhor forma. Tenham sempre certeza de que quando ouvir que a Vigilância Sanitária interditou é porque não tinha outro caminho a se tomar. Infelizmente estamos sofrendo com a mudança da legislação federal de setembro do ano passado, pois atualmente açougues, restaurantes e padarias não precisam ter alvará sanitário, para a abertura, pois foi editado pelo governo federal a lei da liberdade econômica para que as pessoas não fiquem presas na burocracia. O Coordenador da Mesa propõe que ficar como recomendação para que quando ocorrer fiscalizações, já tenham um planejamento de remanejamento dos pacientes para outro serviço, para não haver interrupção do tratamento. O encaminhamento foi aprovado por (29) Vinte e Nove votos favoráveis e (2) duas abstenções.

5. Espaço ao ex-conselheiro Paulo Silva apresentar o projeto de lei enviado ao Senador Paulo Paim referente à pós- formação dos profissionais graduados da área da saúde. O Ex conselheiro Paulo Silva fez uma pequena exposição sobre um projeto de Lei encaminhado ao Senado Federal, o qual tem por finalidade que os graduandos em profissões da saúde prestem serviços renumerados nos serviços públicos após sua formação. O membro Diretor da Federação dos Empregos em Estabelecimento de Saúde, Paulo Silva apresenta o

Projeto de Lei instituindo o exercício profissional social no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo emprego e aumentando oferta de serviços de saúde para a população que mais precisa. O Sr. Paulo Silva conta que já existiram dois projetos no Senado Federal e ambos foram arquivados, o primeiro Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, foi arquivado. O segundo Projeto de Lei de 2013 com o mesmo foco, também foi arquivado. A finalidade deste novo projeto é que todos os alunos das universidades federais e particulares, desde que sejam mantidas com recursos públicos, depois de formados, trabalharão por dois anos em serviços públicos, isso se chama contrapartida. Na realidade todos os acadêmicos de universidades públicas são custeados com recursos de impostos, então esse recurso que mantém os alunos dentro das universidades, devem ser revertidos com dois anos de serviço. A Federação da Saúde elaborou um novo projeto, entramos em contato com Senador Paulo Paim da possibilidade de apresentar no Senado Federal em Brasília-DF. O visitante Sr. Francisco Roig comenta que esse profissional vai trabalhar num período, não de graça, irá receber como qualquer outro profissional contratado da prefeitura, isto terminará com o problema da falta de médico. Então é um projeto muito importante a ser discutido à posterior.

6. Análise e encaminhamentos sobre o atestado de pleno regular e funcionamento do Hospital da Santa Casa, e tomar encaminhamentos quanto aos demais hospitais, em razão da lei 13.707/2018. A Secretária da plenária lê o parecer da Comissão Técnica. A Comissão sugere pelo não fornecimento do Atestado solicitado pelo hospital, isto em razão de estar citado no modelo do documento o Pleno e Regular Funcionamento, nos últimos três anos. A negativa para o fornecimento no modelo proposto levou em consideração o fechamento da maternidade, e do serviço de Cardiologia, deste hospital, além de outros serviços, por determinado período recentemente, bem como do não atendimento de metas do hospital em relação ao convênio celebrado com a SMS, nos últimos dois anos. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, explica que a posição da Comissão Técnica em relação a não fornecer uma declaração de Pleno e Regular Funcionamento, é que a Santa Casa nesses últimos três anos, teve um período com a maternidade fechada, que aí não se enquadra em pleno e regular funcionamento, também teve com o setor de cardiologia fechada, o serviço de oncologia não funcionou, por várias vezes houve corte no valor, porque a Santa Casa não cumpriu as metas dos serviços contratualizado. Então o documento deve especificar Pleno e Regular Funcionamento é quando o hospital funciona sem problemas, logo, não me sinto a vontade de assinar documento, como o solicitado. A conselheira Mauren Wenzke representante da Santa Casa essa declaração é modelo do Ministério da Saúde, dentro do sistema do fundo nacional de saúde, é uma declaração exigida para solicitação de cadastro de fundo para os hospitais buscarem emendas parlamentares, inclusive estar de acordo com os recursos. Em primeiro momento o pleno e regular funcionamento quando os órgãos emitem, aliás, já temos o atestado de pleno e regular funcionamento do Conselho, o atestado normal, é que esse modelo é do fundo nacional, existem outros modelos do fundo nacional, que o próprio gestor municipal tem que assinar, inclusive a Secretária de Saúde assinou o nosso cadastro. Já temos o documento de pleno e regular funcionamento do Conselho deste ano e dos últimos três anos e também temos outros órgãos que já emitiram este documento. Entendemos o posicionamento do Conselho, e agora solicitaremos a outro órgão que possa nos atender. A conselheira Maria Luiza representante da 3ª Coordenadoria Regional de Saúde orienta que este documento no caso poderia estar escrito de pleno funcionamento, retirando o regular e deixa apenas funcionamento. A conselheira Mauren Wenzke representante da Santa Casa responde que não pode alterar nada deste documento. A conselheira Bianca D'Carla representante do SINDISAÚDE relata que o hospital da Santa Casa nesse momento não está merecendo credibilidade do município, solicito como encaminhamento aos órgãos que assinarem o pleno e regular funcionamento da Santa Casa se manifestarem para este Conselho. O

conselheiro Wilmar Costa representante da OAB questiona o que seria um documento de pleno e regular funcionamento. O Coordenador da Mesa explica que pleno e regular funcionamento é quando está tudo funcionando conforme está previsto nas habilitações e contratos dos serviços, e infelizmente não foi o caso do setor da maternidade, cardiologia e outros serviços do hospital. A conselheira Mauren Wenzke representante da Santa Casa situa os conselheiros dizendo que no primeiro momento foi feita uma solicitação ao Conselho Municipal de Saúde, se o Coordenador do Conselho não se sentir a vontade em emitir a declaração, não haverá problemas. No entanto, neste momento a Santa Casa Misericórdia de Pelotas está em pleno e regular funcionamento, a diferença é que na declaração consta os últimos três anos, sendo assim, solicitaremos a outro órgão a emissão desta declaração, lembrando que ainda continuaremos a captar recursos, não vamos nos contentar em as pessoas dizendo que a Santa Casa não está funcionando, até porque temos deputados que nos dão essa credibilidade, inclusive, fomos escolhidos diversas vezes, dentre os hospitais de Pelotas, para receber emendas parlamentares e se tem ainda setores funcionando, com equipamentos funcionando, com reformas realizadas é devido a captação de recursos. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG fala que concorda, em parte com a conselheira Sra. Bianca D'Carla, seria interessante pensar futuramente que, a situação da representante da Santa Casa, Mauren Wenzke está confusa para mim, nesse momento ela é conselheira ou representante do hospital, gostaria de ver a posição de outros conselheiros. A conselheira Eliana Bender representante da ADUFPEL fala que se as metas não foram cumpridas, a Comissão Técnica do Conselho pode justificar os motivos de não assinar o pleno e regular funcionamento. O conselheiro Paulo Vieira representante do Distrito Sanitário III diz que se realmente o hospital da Santa Casa cumpriu o que estava contratualizado, ou se não cumpriu, mas mesmo assim recebeu recurso, ou se ela deixou de cumprir a meta e informou isso a Secretaria Municipal de Saúde, se tem essa informação, pois entenderia que o caso pleno e regular funcionamento seria dentro daquilo que esta acometida a fazer, já que está recebendo para isso. Se eventualmente o setor de cardiologia não esta em funcionamento, não está comprometida a isso, visto que não estava recebendo para executar, logo não teria que prestar o serviço, é nesse sentido que falo. É uma questão delicada, embora tenhamos que fiscalizar juntamente com a Secretaria de Saúde a aplicação dos recursos públicos dos hospitais que recebem dinheiro do SUS, também é complicado se retirarmos os recursos da Santa Casa complicaram para os pacientes. O conselheiro Volnei Cápua representante da RNP+Pelotas conta que esteve em Rio Grande apoiando a Santa Casa, situação parecida com hospital Santa Casa de Pelotas. Quando o Dr. Francisco Neves assumiu a provedoria, sabia que o trabalho iria ser árduo, não é recente esta crise, o hospital Santa Casa gastou mais dinheiro do que devia, portanto, é preciso que a Secretaria Municipal de Saúde acompanhe a entrada de recursos públicos nos hospitais. A conselheira Mauren Wenzke representante da Santa Casa externa que participa do Conselho de Saúde a 9 anos, já representei o Conselho com outros hospitais, é a terceira vez que participo da Direção, se por acaso for de interesse deste Conselho que não participe mais, me comuniquem. Explico que pleno e regular funcionamento é quando o serviço fecha, a Santa Casa fechou o serviço, mas deixou de atender o SUS, ou seja, sempre teve um contrato vigente com o SUS, parou o setor da maternidade, de cardiologia, lembrando que não recebeu para isso e foi despontuada dentro do contrato. Se observar nenhum hospital da cidade de Pelotas tem pleno e regular funcionamento, nenhum atende tudo que está dentro do contrato de gestão, e sabe por que somente falamos do hospital da Santa Casa, em razão de na maioria das vezes somos nós que trazemos as pautas para discussão neste Conselho, pois respeitamos os conselheiros, além do mais a plenária poderia solicitar as emendas parlamentares de todos os hospitais. Reforço que este documento é para cadastro do sistema para depois vir o recurso. O Coordenador da Mesa comenta que por vários

anos o hospital Beneficência Portuguesa foi tema de discussão por problemas, agora é um dos hospitais que está mais equilibrado administrativamente. A conselheira Eliana Bender representante da ADUFPEL questiona que é preciso ter justificativa do não cumprimento da contratualização. O conselheiro Flávio Acosta representante da ABAPP sugere pedir esclarecimentos a algum advogado. O visitante Francisco Roig aconselha fazer uma justificativa dizendo o motivo de o Conselho de Saúde não assinar o documento, para evitar problemas futuramente de que o Conselho foi responsável pelo fechamento da Santa Casa, assim conseguimos resguardar o Coordenador Geral. A conselheira Mauren Wenzke representante da Santa Casa responde aos conselheiros que este documento de solicitar recursos não tem nada a haver com a contratualização, pois não sou do setor de contratualização, e também nessa pauta não seria necessário justificar o porquê o hospital não atendeu, já que tudo isso é prestado contas a Secretaria de Saúde. Lembrando que esse documento é um modelo do Ministério da Saúde, infelizmente não podemos alterar nada, o Conselho pode fazer uma justificativa ao hospital, se quiser. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, coloca o parecer da Comissão Técnica com adendo de o Conselho de Saúde emitir documento de justificativa do não fornecimento. Colocado em votação é aprovado por (19) dezenove votos favoráveis, (1) um contrário e (3) Três abstenções. O conselheiro Wilmar Costa representante da OAB justifica sua abstenção pelo não entendimento da matéria de Regular Funcionamento e também por não haver conteúdo semântico.

9. Revisão e reorganização das comissões e representações (COMFIS, NUMESC, CAC). Não houve tempo hábil para discussão na COMTEC, do dia 19/02/2020. A Direção sugere que na representação do NUMESC, sejam indicados os conselheiros César Lima e Paulo Vieira, devido às dificuldades do Coordenador em participar das reuniões, e da conselheira Patrícia Ulyseia, ter solicitado sua saída na representação da comissão. Na COMFIS, estão sugeridos para integrar a Comissão os nomes das Conselheiras Vânia Garcia e Márcia Cândia. Na CAC (Comissão de Avaliação de Contratos), diante de muitas reuniões, por serem vários prestadores de serviços a serem acompanhados sugere-se a divisão de representação, na seguinte ordem: Contratualização dos Hospitais Clínicos: Conselheiros Belletti e Jaime como titular e suplente Paulo Santos; Contratualização com Laboratórios e serviços com os excepcionais: Conselheiros Cesar Lima Titular e Vânia Garcia suplente; Contratualização com o HEP: Conselheiros Cesar Lima Titular e Ângela Nobre suplente; Na COMTEC existem membros com várias faltas e precisamos fazer avaliação. O Coordenador da Mesa coloca em votação a aprovação dos membros nas comissões. É aprovado por (23) Vinte e Três votos favoráveis, havendo unanimidade. Sendo o que havia para ser tratado, a reunião é encerrada às 21 horas e 25 minutos, após será lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será encaminhada cópias a Prefeita Municipal, Promotoria de Pública de Justiça Estadual, à Câmara Municipal de Vereadores e às instituições que as requererem. Para conhecimento, registra-se para os devidos fins que as manifestações se encontram gravadas em arquivos eletrônicos.

Luiz Guilherme Belletti
Coordenador Geral

Mauren Orrana W. Moraes
1ª Secretária